

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Instrução Normativa STN n.º 1, de 15 de janeiro de 1997, com alterações posteriores, é a norma que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos. Em consonância com o estatuído por essa norma, julgue os itens a seguir.

- 76** É vedado destinar recursos públicos como auxílios ou subvenções às instituições privadas.
- 77** É vedada a inclusão, tolerância ou admissão nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica.
- 78** Assinado o convênio, a entidade ou o órgão concedente dará ciência do mesmo à assembléia legislativa ou à câmara municipal respectiva do convenente, quando for o caso.
- 79** O convênio ou plano de trabalho, quando se tratar de destinação por portaria ministerial, somente poderá ser alterado mediante proposta do convenente, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de noventa dias antes do término de sua vigência.
- 80** A eficácia dos convênios e de seus aditivos, qualquer que seja o seu valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data.
- 81** A liberação de recursos financeiros por força de convênio, nos casos em que o convenente integre os orçamentos fiscal e da seguridade social, constituirá despesa do concedente, e o recebimento, receita do convenente.
- 82** Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas previstas no plano de trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, vedada a aplicação no mercado financeiro.
- 83** A transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio obedecerá ao plano de trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, cuja elaboração terá como parâmetro para a definição das parcelas o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira do governo federal.
- 84** A função gerencial fiscalizadora será exercida pelo concedente, dentro do prazo regulamentar de execução/prestação de contas do convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas com relação às disfunções porventura havidas na execução.
- 85** Quando o convênio compreender a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes na data da extinção do acordo ou ajuste.

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, a abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para financiar a despesa e será precedida de exposição justificativa. Desde que não comprometidos, os recursos para esse fim incluem

- 86** a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- 87** o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, deduzida a importância dos créditos adicionais autorizados no exercício.
- 88** a reserva para riscos fiscais.
- 89** os resultados de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias e extra-orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei.
- 90** o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A respeito dessas normas, julgue os itens que se seguem.

- 91** Os entes da Federação ficam proibidos de instituir regime próprio de previdência social para seus servidores.
- 92** O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal cuja composição é a seguinte: representantes do Poder Executivo de todas as esferas de governo e de entidades técnicas representativas da sociedade.
- 93** A prestação de contas efetuada pelos chefes do Poder Executivo evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e do combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.
- 94** As contas do Poder Judiciário serão apresentadas, no âmbito da União, exclusivamente pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, que consolidará as contas de todos os tribunais superiores.
- 95** O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

Consoante a Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens seguintes, acerca da escrituração das contas públicas.

- 96** A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
- 97** A despesa e a assunção de compromissos serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
- 98** As demonstrações contábeis compreenderão, isoladas e conjuntamente, as transações e as operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional, excluída a empresa estatal dependente.
- 99** As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
- 100** As operações de crédito, as inscrições em restos a pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.
- 101** A demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.
- 102** No caso das demonstrações conjuntas, serão excluídas as operações intragovernamentais.

No que concerne à importância do controle na gestão de projetos, julgue os itens a seguir.

- 103** A monitoração ou *forecasting* é o relatório do projeto e dos benefícios do programa. Os benefícios são a finalidade fundamental de empreender projetos e programas. Os diretores estão geralmente mais interessados na entrega dos benefícios do que no projeto, que são os meios de entregar os benefícios. Estão também mais interessados nos relatórios que lhes dizem em que nível de benefícios está o projeto do que em saber quando o projeto será entregue e qual o seu custo.
- 104** O planejamento e a avaliação, constantes do esforço da gerência de projeto, serão de importância crescente em projetos complexos. O gerente de projeto tem como obrigação avaliar periodicamente o esforço da gerência nos modelos, nos métodos e nas ferramentas a serem utilizados.
- 105** Um projeto é considerado um sucesso quando, ao ser finalizado, constata-se que contemplou todo o seu planejamento inicial, foi controlado desde a sua fase inicial até o encerramento e desenvolvido de forma correta, assegurando a minimização dos impactos ocasionados pelas mudanças de rumo durante sua execução.

A aquisição de bens e serviços pela administração pública está sujeita a normas específicas, definidas em lei. Dos atos da administração decorrentes da aplicação dessa legislação cabem pedido de reconsideração ao ministro de Estado, ou ao secretário estadual ou municipal, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de

- 106** habilitação ou inabilitação de licitante.
- 107** julgamento de propostas.
- 108** anulação ou revogação de licitação.
- 109** indeferimento de pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.
- 110** aplicação de pena de advertência, suspensão temporária ou de multa.

Consoante a legislação vigente, os motivos para rescisão de contrato administrativo incluem

- 111** o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- 112** a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade de conclusão de obra, de serviço ou de fornecimento, nos prazos estipulados.
- 113** a paralisação de obra, de serviço ou de fornecimento, mesmo com justa causa e prévia comunicação à administração.
- 114** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.
- 115** a decretação de concordata.
- 116** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.
- 117** o atraso, em qualquer situação, superior a 180 dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados.
- 118** a não-liberação, por parte da administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

O Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007, ora em tramitação no Congresso Nacional, consoante a metodologia de planejamento adotada pelo governo federal na presente gestão, traz em seu conteúdo megaobjetivos, que são subdivididos em desafios entre os quais se incluem

- 119** implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio ambiente.
- 120** ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos.
- 121** ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.
- 122** promover o aumento da oferta e a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular.
- 123** ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo.
- 124** implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural.
- 125** ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital.

Desde o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina, a partir da segunda metade do século XIX, talvez nada a tenha revolucionado tanto quanto a concepção teórica e os desdobramentos práticos da gestão ou da administração de documentos após a Segunda Guerra Mundial. Acerca do conceito de gestão de documentos, julgue os itens seguintes.

- 126** Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fases corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou o seu recolhimento para guarda permanente.

- 127** No Brasil, o conceito de gestão de documentos é inexistente na literatura e na legislação, apesar de seu reconhecimento internacional.
- 128** A gestão de documentos pode ser dividida em três fases: produção; utilização e conservação; destinação.
- 129** A classificação, uma das principais funções arquivísticas, não está contemplada no conceito de gestão de documentos.
- 130** A gestão de documentos inibe a eliminação de documentos de valor permanente, contribuindo para que as políticas e atividades dos governos sejam documentadas adequadamente.

No que concerne às bases constitucionais da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 131** Se houver compatibilidade de horários, o servidor público investido no mandato de vereador perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- 132** A criação de uma empresa pública para a exploração de atividade econômica considerada estratégica para o crescimento econômico de um determinado município dependerá de lei específica que defina a forma de organização e área de atuação da referida empresa, sendo possível o início das atividades imediatamente após a publicação da mencionada lei.
- 133** O teto remuneratório da administração pública, equivalente ao subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não é aplicável às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que não recebam recursos dos entes federativos destinados ao pagamento das despesas com pessoal ou de custeio em geral.

Em relação aos vícios e à revogação dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- 134** De acordo com a doutrina mais recente, combinada com a legislação federal vigente, o ato administrativo praticado por sujeito incompetente, ressalvados os casos de competência exclusiva, podem ser convalidados.
- 135** O vício relativo à finalidade, também conhecido como abuso de poder, é de difícil comprovação; todavia, é possível inferi-lo a partir de análise acurada de alguns elementos constitutivos do ato, tais como a motivação insuficiente ou contraditória, a inadequação entre os motivos e os efeitos e a irracionalidade dos procedimentos, entre outros.
- 136** Uma fundação vinculada à administração indireta de governo estadual promoveu concurso para analista de sistemas cujo prazo de validade, de acordo com o edital, era de um ano, prorrogável uma vez, por igual período. Considerando essa situação hipotética, eventual contratação, após a prorrogação, é considerada ato anulável, podendo ser convalidada caso se comprove a urgência, o interesse público e a conveniência da contratação.

Quanto aos poderes da administração, julgue os itens que se seguem.

- 137** O poder normativo é indelegável, imanente e privativo do chefe do Poder Executivo; todavia, é excepcionado pela competência normativa concedida pelo texto constitucional às agências reguladoras.
- 138** A imposição de sanções administrativas pelo descumprimento de determinações emanadas pela administração pública aos administrados é característica do poder disciplinar.
- 139** O poder de polícia pode ser delegado a entidades que prestam serviços públicos, nos termos e limites definidos pela lei, se essa prerrogativa for essencial para o fiel cumprimento das metas estabelecidas pela administração.

A respeito dos princípios e das normas que regem a administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- 140** Pelo princípio da motivação, exige-se da administração a referência do dispositivo legal que embasa o ato manifesto e a precisão dos elementos que concretamente concorreram para a formação da convicção do administrador, não se exigindo tal disposição em relação aos atos vinculados.
- 141** De acordo com o ordenamento jurídico vigente, a extinção de órgãos públicos é competência privativa do presidente da República e pode ser feita mediante decreto autônomo.
- 142** As agências reguladoras, na condição de entes integrados à administração indireta, submetem-se ao princípio da especialidade. Assim, cada agência é especializada na matéria que lhe foi atribuída por lei.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 143** O resgate, assim entendido como a retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é exemplo de ato auto-executório.
- 144** A análise da permissão de uso, na condição de ato administrativo e considerando sua classificação quanto ao destinatário, ao alcance, ao objeto, ao regramento, à formação do ato, ao conteúdo e à retratabilidade, admite seu enquadramento, respectivamente, como ato individual, externo, de império, discricionário, simples, constitutivo e revogável.
- 145** Atos complexos são aqueles que resultam da manifestação de duas ou mais entidades, sejam singulares ou colegiadas, cujas vontades se fundem para formar um ato único. Daí ser correto afirmar-se que as concessões de serviço ou de uso de bens públicos, pelo fato de demandarem a participação dos Poderes Legislativo e Executivo para sua concretização, são tidas como atos complexos.

Originárias da Psicologia e objeto de estudo de várias ciências, como a Antropologia, a Sociologia, a Engenharia Social etc., as relações humanas constituem um recurso, um instrumento, uma poderosa ferramenta que tem um considerável impacto sobre o sucesso de cada área da vida. Com relação a esse tema, julgue os itens subseqüentes.

- 146** De modo geral, as relações interpessoais não são frutos do acaso nem da intuição, mas resultado de um esforço voluntário e consciente das pessoas.
- 147** A inteligência emocional tem maior impacto nas relações humanas profissionais que nas relações pessoais.
- 148** As pessoas geralmente têm objetivos e interesses diferentes e essas diferenças podem produzir alguma espécie de conflito nas relações humanas.
- 149** Pessoas com talento para lidar com outras são mais flexíveis e adaptáveis ao contexto social. Isso é válido somente para pessoas com histórias de relacionamentos interpessoais bem-sucedidos.
- 150** No contexto do trabalho, é correto afirmar que as relações humanas serão favorecidas se houver a compreensão dos líderes de que o empregado deve ser tratado como um ser humano completo, cujas aspirações são de ordens econômica, psicológica e social.